

A escola de Gramsci e a escola rural brasileira: um diálogo possível?

Lúcia Gracia Ferreira* & Moisés dos Santos Viana**

Resumo: Este trabalho refere-se à escola idealizada por Gramsci em seus estudos e sua contribuição para pensarmos a escola rural brasileira dos dias atuais. Intentamos aqui pensarmos sobre o teórico Gramsci e ousamos verificar se havia entre a escola por ele idealizada e a escola rural brasileira um diálogo possível. Trata-se de um estudo teórico que se inicia pela biografia de Gramsci e seus estudos, daí partindo para sua idéia de intelectual e de escola. A partir de então norteamos a discussão caracterizando a escola rural brasileira, traçando verossimilhança entre ambas.

Palavras-chave: escola rural, escola de Gramsci, sociedade

Introdução

Este artigo traz uma reflexão sobre a escola de Gramsci, sua proposta e interesse, traçando um diálogo com a escola rural brasileira. A partir de uma descrição das características da escola de Gramsci foi possível pensar suas semelhanças com a escola rural brasileira. A partir de uma sistematização da vida de Gramsci e de seus estudos é que norteamos a discussão da escola por ele idealizada para então, percebermos se havia entre essa escola e a escola rural um diálogo possível.

Gramsci e sua proposta de escola: um diálogo com a escola rural

Antonio Gramsci nasceu em 1891, na Sardenha-Itália, numa região agrária e pobre. Teve muitas dificuldades para manter-se estudando, mas conseguiu. Na juventude, em 1913, ele ingressa no Partido Socialista Italiano (PSI) e lá dirige o jornal da imprensa do partido. Nesse período ele já produz muito, mas de forma fragmentada em forma de

artigos e de panfletos, isso porque era preocupado com a condição de militância. Em 1921, ele se torna um dos fundadores do Partido Comunista Italiano (PCI) onde faz uma série de trabalhos teóricos e de articulação entre os PCs da Europa, transformando o PCI num partido enraizado nos movimentos populares. Gramsci foi preso em 1926 e permaneceu preso até 1935. Condenado a mais de 20 anos, ele morreu antes. O promotor fascista que o condenou em 1928 disse que era preciso calar aquele cérebro por mais de 20 anos, mas não conseguiu. No cárcere foi onde ele conseguiu sistematizar o caráter universal da proposta que ele estava idealizando. No cárcere ele consegue autorização para escrever, foram 29 cadernos, onde ele aprofunda suas reflexões, produzindo uma obra esquematizada com uma interseção mais histórica e universal a partir da sua vida intelectual, condensando uma das mais sólidas teorias marxista em seus *Quaderni del Cárcere*. “A transformação socialista defini-se, em toda a sua obra, como expansão do

controle democrático pelas massas” (SASSON, 2001, p. 166). Ao refletir o materialismo histórico-dialético¹, superando e conservando as sistematizações de Marx e de Lenin, Gramsci dialoga com a teoria marxista e em função da Revolução Bolchevique de 1917, teoriza a construção de uma nova ordem. Em 1935, muito doente, a ditadura fascista de Mussolini o liberta da prisão para morrer em casa.

Quanto “a questão meridional”, Gramsci dizia que não se devia olhar somente para sul, mas para toda Itália. A questão vaticana e a questão agrária alimentavam o meridionalismo. Ele nunca acreditou que a questão meridional pudesse ser resolvida pelo capitalismo e de fato tinha razão.

Gramsci, a partir da concepção dialética da história promoveu estudos e trouxe uma concepção de hegemonia, sociedade civil, estado, bloco histórico e intelectual, isso tudo no contexto de uma sociedade de classes, sendo que, nesses estudos, a dialética conduzia toda a visão de sociedade que ele tinha. Nessa concepção, Gramsci idealizou um tipo de escola e é nela que iremos focar nesse momento.

Para Gramsci, a cultura se constitui como instrumento de libertação, um meio para construir uma nova

mentalidade, uma nova sociedade. É importante para a formação do processo hegemônico. Era preciso superar o capitalismo e construir uma contra-hegemonia. Assim, segundo o autor, é preciso ir além do controle da produção econômica e exercer, é isso que é a hegemonia - a direção moral, cultural e política por meio do consenso e não por meio da coerção. Em momento de crise aguda o aparelho de representação do Estado, principalmente nos dias de hoje, tem como grande base o consenso, a coesão e a adesão voluntária a ascensão moral e intelectual que o sistema exerce sobre os homens de maneira geral. Isso se dá num problema complexo estudado por Gramsci, ao analisar os grupos intelectuais e sua função social:

Os intelectuais constituem um grupo social autônomo e independente, ou cada grupo social possui sua própria categoria especializada de intelectuais? O problema é complexo por causa das várias formas que, até nossos dias, assumiu o processo histórico real de formação das diversas categorias intelectuais (GRAMSCI, 1991, p. 3).

Os intelectuais são aqueles com função específica de organizar. Apesar de todos os seres humanos serem intelectuais, apenas alguns exercem uma função de intelectual. São os intelectuais que formulam um grupo de idéias, crenças, relações sociais, a hegemonia, superestruturas de manutenção do *status quo*. “Todos os homens são intelectuais, poder-se-ia dizer então; mas nem todos os homens desempenham na sociedade a função de intelectuais” (GRAMSCI, 1991, p. 7).

Ainda para o mesmo, o momento educativo não é subordinado ao momento do trabalho, embora este seja um componente essencial e indispensável do processo formativo.

¹ Para Karl Marx (1818-1883), filósofo alemão, a realidade deve ser entendido do ponto de vista material e econômico-social. Ora, a realidade histórica, segundo o marxismo, baseando-se em Hegel, interpreta a história como o palco da luta entre classes opostas (escravos X senhores, burgueses X proletários). A realidade social é fruto dos meios de produção e de sua distribuição. Constituindo a realidade do materialismo histórico: “Marx, por su parte, encargará de hacer una lectura materialista de la realidad donde Hegel había hecho una lectura idealista. [...] la historia es el producto de condiciones materiales tanto de la naturaleza como de la historia” (ELLACURÍA, 1991, p. 23).

Era preciso construir uma nova sociedade sem exploradores e explorados. Era preciso buscar a formação de um novo homem – onilateral. Um homem inteiro, integral e emancipado que supere as dualidades. Um homem em todas as suas dimensões.

Não existe atividade humana da qual se possa excluir toda a intervenção intelectual, não se pode separar o Homo faber do Homo sapiens. Em suma, todo homem, fora de sua profissão, desenvolve uma atividade intelectual qualquer, ou seja, é um ‘filósofo’, um artista, um homem de gosto, participa de uma concepção do mundo, possui uma linha consciente de conduta moral, contribui assim para manter ou para modificar uma concepção do mundo, isto é, para promover novas maneiras de pensar (GRAMSCI, 1991, p. 7).

A escola para Gramsci deveria ser uma instituição destinada, por missão histórica, a preparar o novo intelectual para a sociedade socialista. Era, por conseguinte, um instrumento por excelência para a formação dos intelectuais. A escola era como associações de cultura. Assim na relação trabalho-escola o primeiro pólo da relação funciona como princípio orgânico do segundo. Nessa perspectiva, a escola é um instrumento imprescindível para a criação de uma cultura operária.

A crise terá uma solução que, racionalmente, deveria seguir esta linha: escola única inicial de cultura geral, humanista, formativa, que equilibre equanimemente o desenvolvimento da capacidade de trabalhar manualmente (tecnicamente, industrialmente) e o desenvolvimento das capacidades de trabalho intelectual. Deste tipo de escola única, através de repetidas

experiências de orientação profissional, passar-se-á a uma das escolas especializadas ou ao trabalho produtivo (GRAMSCI, 1991, p. 118).

A escola socialista proposta para formar o homem onilateral ficou conhecida como a escola do saber desinteressado que não quer dizer neutra, indiferente ou pouco interessada (NOSELLA, 2004). Segundo Jesus (2005, p.57):

Gramsci afirmava que, no modo de produção socialista, a escola não deveria ser imediatamente *interessada*, oposta àquela aristocrática, considerada, por ele, como *interessada*, por servir a uma minoria de privilegiados, por destinação da família. Suas escolas “clássicas” ofereciam uma cultura geral indiferenciada para as classes dominantes, porque seu objetivo era único: formar mandatários. Portanto, aparentemente desinteressadas, traziam, de fato, um interesse imediato que era formar a elite dirigente.

Uma escola que busca a transformação, com horizontes amplos, que interessa a coletividade, que não atende somente a uma classe social. Essa deveria ter uma cultura ampla para formar o homem onilateral, capaz de fazer suas escolhas, sem caminhos pré-estabelecidos, buscando uma formação integral para a vida e para o trabalho, que busca superar dicotomias. A escola “desinteressada” tinha como maior objetivo a formação de homens superiores.

Após o princípio de desinteresse para a escola socialista, Gramsci formaliza então, a escola única do trabalho, pois defende o trabalho industrial moderno concretizado na fábrica, como princípio educativo. Nela, fazia relação entre trabalho intelectual e trabalho industrial (NOSELLA, 2004).

Essa escola atendia o interesse da época e era uma escola de natureza científico-tecnológica que propunha articular formação profissional e formação humanista. Tinha como princípio a igualdade, como um princípio unitário e formativo. Nessa escola buscava-se superar a forma dualista de organização de escola. Conforme Jesus (2005, p.2):

A escola de Gramsci é uma instituição destinada a um novo tipo de sociedade fundada em um novo modo de produção: o industrial moderno. É uma escola para libertar os operários da “necessidade” de um trabalho escravizador para a “liberdade” da cidadania plena. É uma “escola” que, mesmo em uma sociedade hegemônica dos trabalhadores, conservará sua peculiaridade.

Conforme pressupostos pedagógicos de Gramsci, a escola tem que refletir a vida para despertar o interesse do aluno. Para Jesus (2005, p.41) Gramsci reconheceu ser “a escola como um importante instrumento de construção da consciência coletiva e individual, um instrumento privilegiado para a educação”. A escola era então necessária e para assumir o poder, a classe operária precisava de uma nova cultura, precisa relacionar hegemonia e educação. Essa era a escola que formaria o homem integral. Mas, o desenvolvimento onilateral do homem exige outras coisas senão somente a educação.

Na concepção de Marx e Engels, dos quais surgem várias concepções gramsciana, a educação deveria ser um instrumento para acabar com a divisão entre trabalhadores e intelectuais. Gramsci buscava superar a unilateralidade produzida pelo trabalho alienado e seu pensamento visava resolver a questão do desenvolvimento parcial do homem, para finalmente

alcançar aquilo que o pensador italiano chamou de onilateralidade, o desenvolvimento total do homem.

A primeira grande afirmação gramsciana, em relação à formação do novo homem, é que este processo educativo está organicamente ligado à história contemporânea. Os tempos atuais exigem uma escola cujo princípio pedagógico leve em consideração os elementos da cultura e do trabalho contemporâneos. E o trabalho em sua forma atual, histórica, é o “industrial” (JESUS, 2005, p.55).

Assim, a escola única do trabalho deveria instruir o homem desinteressadamente. Essa se opunha a escola clássica que formava mandatários e a escola profissional que propunha uma formação para o trabalho ligada à divisão de classes, formava os intelectuais para a gestão capitalista e buscava produzir o homem a partir de uma cultura profissional. Buscando a formação intelectual não para a cultura geral, mas para a manutenção do Estado capitalista, promovendo a dualidade entre trabalho manual e trabalho intelectual e formando o novo intelectual **urbano**. Era interesse de Gramsci a criação de uma escola para todos.

Em um novo contexto de relações entre vida e cultura, entre trabalho intelectual e trabalho industrial, as academias deverão se tornar a organização cultural (de sistematização, expansão e criação intelectual) dos elementos que, após a escola unitária, passarão para o trabalho profissional, bem como um terreno de encontro entre estes e os universitários (GRAMSCI, 1991, p. 125).

A escola unitária ou única corresponde à escola primária e média. Tinha-se a concepção de que a unidade cultural

começa pela escola primária e média. A escola unitária é responsável pelas transformações não só pedagógicas, mas também de toda a vida social.

Os elementos sociais empregados no trabalho profissional não devem cair na passividade intelectual, mas devem ter à sua disposição (por iniciativa coletiva e não de indivíduos, como função social orgânica reconhecida como de utilidade e necessidade públicas) institutos especializados em todos os ramos de investigação e de trabalho científico para os quais poderão colaborar e nos quais encontrarão todos os subsídios necessários para qualquer forma de atividade cultural que pretendam empreender (GRAMSCI, 1991, p. 125).

A escola formulada por Gramsci tinha o trabalho como princípio educativo e era uma forma da cultura chegar até os operários. Essa ainda buscava formar um novo intelectual que seria o operário moderno (NOSELLA, 2004). Assim, “escola significa, para Gramsci, todo tipo de instituição ou organização cultural, cujo objetivo seja trabalhar para criar e desenvolver a ‘cultura’ e formar a consciência das massas” (JESUS, 2005, p.87). A escola formal para Gramsci ultrapassa as estruturas físicas das instituições escolares. Ela promove a cultura e a manutenção da hegemonia, até porque está ligada ao Estado. A escola está relacionada com a vida, por isso também fez parte das concepções gramsciana a escola informal, que eram as associações da cultura, os conselhos de fábrica, a escola de *L’Ordine Nuovo*, a escola do partido, a escola por correspondência, a escola da prisão que contribuíam na função de educar, ou seja, qualquer tipo de instituição capaz de fazer com que as pessoas desenvolvessem a consciência e a cultura. Ainda tinha a Escola do

Cárcere que ficou conhecida por causa do seu caráter educativo explícito nas cartas que Gramsci escrevera na prisão e dos cursos que lá promovera. Qualquer oportunidade que Gramsci tinha na prisão, ele promovia um debate intelectual.

A escola, educadora do intelectual-trabalhador moderno, constitui-se no cerne da concepção educativa de Gramsci. Como agentes de formação de uma nova moral e uma nova cultura, podendo atuar como força contra-hegemônica, para o pensador, o partido seria o aglutinador e proponente de uma nova educação/ escola. Apresenta uma universalização ao acesso a escola, ao desenvolvimento da consciência e ao desenvolvimento moral. A escola para todos idealizada por Gramsci era aquela que buscava superar a dicotomia escola-trabalho. Para ele, a escola era lugar de formação intelectual e moral igual para todos. No socialismo, todos deveriam ser intelectuais, livres pela cultura, sem deixarem de ser trabalhadores ligados ao trabalho por uma necessidade histórica. Portanto, a liberdade é o objetivo da escola de Gramsci.

Toda a explanação feita até agora sobre a escola de Gramsci foi para que pudéssemos traçar, a partir de agora, um diálogo com a escola rural. Tudo que foi explicitado nos leva a refletir que não basta apenas ter acesso a escola tem que dar acesso ao conhecimento, tem que dar ao aluno condições para aprender. Nesse sentido, é que a escola de Gramsci com suas características nos ajuda a pensar a escola rural brasileira com as suas peculiaridades.

Assim, cabe observar que a massa dos camponeses, ainda que desenvolva uma função essencial no mundo da produção, não elabora seus próprios intelectuais ‘orgânicos’ e não ‘assimila’

nenhuma camada de intelectuais 'tradicionais', embora outros grupos sociais extraíam da massa dos camponeses muitos de seus intelectuais e grande parte dos intelectuais tradicionais seja de origem camponesa (GRAMSCI, 1991, p.4).

Sabemos que escola tem em muitos lugares, inclusive em muitas zonas rurais brasileiras, mas não basta somente isso, tem que ser uma escola que não tenha somente a função de ensinar o aluno a ler, escrever e contar. Os alunos das zonas rurais brasileiras já são privados de terem muitas coisas, inclusive, uma escola que se identifique como espaço sócio-cultural diversificado e igual para todos. É preciso, como Gramsci, pensar na escola rural a partir de suas peculiaridades, sem necessariamente, deixar de oportunizar a estes alunos conhecer outros mundos.

Daí porque é possível dizer que, na escola, o nexos instrução educação somente pode ser representado pelo trabalho vivo do professor, na medida em que o mestre é consciente dos contrastes entre o tipo de sociedade e de cultura que ele representa e o tipo de sociedade e de cultura representado pelos alunos (GRAMSCI, 1991, p.131).

O meio rural por ter sido pouco contemplado pelo projeto da modernidade é considerado como atrasado. O projeto de desenvolvimento do meio rural brasileiro se deu de forma desigual e através de um processo excludente (FERNANDES; CERIOLI; CALDART, 2004). No projeto da modernidade, os avanços tecnológicos seriam constantes. Assim, com o advento da industrialização a cultura dominante passou a ser a cultura urbana. Isso promoveu, na verdade, isso ascendeu, no meio rural uma invisibilidade social. O meio rural já

vem, há algum tempo, sofrendo um processo de ocultação. A sua cultura vem sendo silenciadas nos currículos, por exemplo, que são eminentemente urbanos; na formação de professores, que são formados a partir de uma cultura urbanocêntrica; na modernização, que sempre chega por último naquele contexto, etc. Jean (1995, p.43) fala-nos que isso "significa supor que existe homogeneização de modos de vida, o que apaga as especificidades, rurais e homogeneização das aspirações [...]". Como pensar na escola para vida, de Gramsci, sem refletir o interesse dos alunos rurais e as peculiaridades do contexto onde vivem e estudam?

É preciso respeitar as diferenças entre urbano e rural, refletindo que entre os dois existe uma diversidade de coisas que os diferenciam e que lhes são peculiares. É preciso pensar numa escola que vê a diferença como princípio da igualdade. A própria Constituição Federal de 1988 já garante "educação para todos", mas sabemos que nem todos têm educação. Se fosse assim, a educação chegaria para todos. Quando se fala em educação para todos não é a partir do princípio da universalidade, mas das diferenças. Esse é o princípio da igualdade, também buscado por Gramsci. A cultura escolar urbana tornou-se, em nossa sociedade, a cultura hegemônica. É preciso pensar numa escola rural para todos, mas que não sejam iguais. Temos que pensar numa escola que valoriza as diferenças e as peculiaridades, mas que também possibilite conhecimentos outros, senão somente aqueles relacionados ao meio rural, para que o sujeito aprendente tenha a oportunidade de conhecer outras realidades e emancipar-se. É preciso que saíamos do determinismo social.

A escola enquanto instituição formal e obrigatória surgiu no fim do século XIX.

Historicamente, sabemos que a escola surgiu com o objetivo de promover melhoria nas condições de vida da sociedade moderna, como mais um instrumento para garantir a perpetuação do entusiasmo em relação ao progresso. Sendo assim, a escola moderna, tal como surge, está impregnada pelo ideário germinado pelos Iluministas e mantido por pensadores dos séculos seguintes. Nesse sentido, a escola rural² surgiu muito tarde, fruto do descaso político e da falta de um projeto social para o homem rural, e por conta disso ainda é perceptível a precariedade e uma visão de 'marginalidade', no que tange ao seu funcionamento e a definição de diretrizes políticas e pedagógicas que regulamentem sua organização. E quando surgiu foi a partir de um modelo de educação do meio urbano, que permanece até hoje. Essa educação sempre foi relegada a planos inferiores e teve o apoio, para isso, da elite brasileira que acentua e reproduz uma educação herdada dos jesuítas (LEITE, 2002). O povo do meio rural precisa de uma escola que seja construída para eles, tendo no seu currículo traços de sua cultura e de seus valores.

A escola tem uma importância cultural. Ela é um meio para a elevação do nível cultural, intelectual, de formação para a cidadania e de desenvolvimento de conhecimentos. A sociedade é referência para a escola e a escola para a sociedade, isso porque a escola é valorizada como ponto de confluência entre análises sociopolíticas. Assim, a escola é um lugar de construção e reconstrução da cultura (LIBÂNEO, 2004).

A escola rural tem uma identidade própria, onde interações sociais entre os

seus sujeitos são estabelecidas no meio e no contato com os outros. Nesse espaço onde a escola está inserida, cada indivíduo constrói sua concepção de mundo. Por isso, o ensino deve ser condizente com a realidade há qual a escola está inserida, pois o contexto é produzido a partir dos referenciais da cultura que o indivíduo possui. Maia (1981, p. 7) aponta-nos que:

Para superar as dificuldades, recomenda-se que: - a escola não pode negar o mundo rural, onde o trabalho constitui um valor, e o trabalho infantil, além de ser uma necessidade, é um valor social; -...o ensino ministrado na zona rural tem que ser apropriado a essa realidade; - a escola da zona rural deve ser uma agência de mudanças.

As escolas rurais são as que menos recebem atenção por parte das instâncias superiores. Essas escolas funcionam, em muitos lugares, em condições precárias, não tendo possibilidade de promover uma educação de qualidade que é direito de todos. Ainda, essas condições em que se promove a educação podem comprometer a aprendizagem dos alunos. Muitas delas são tratadas (com exceções) como resíduos das escolas urbanas e muitas delas vêm passando por um processo de nuclearização que tem sido uma alternativa das prefeituras para diminuir gastos. Nessas escolas, com classes multisseriadas, os alunos têm maior possibilidade, a partir do contato com o outro, de interagir os conhecimentos distintos, trocando experiências e produzir novos conhecimentos, podendo isso ser usado como uma alternativa para a realização do trabalho pedagógico do professor em sala de aula (PINHO, 2004).

Martins (2005, p.2) nos relata que o ensino rural deveria ser diferente do ensino da cidade.

² Chamamos de escola rural as escolas que ficam localizadas fora das extremidades da área urbana, segundo a divisão territorial do IBGE.

O ensino deveria ser mais flexível e culturalmente adaptado do que é, tanto no campo quanto na cidade. A educação básica na cidade é quase que apenas projeção da ideologia de classe média do educador. O mesmo acontece no campo. Prevalece ainda entre nós a concepção de que o educador não precisa ser educado, não precisa ser ressocializado para a sua missão de educar. Houve muitas mudanças na sociedade brasileira nas últimas décadas, no campo e na cidade, que exigem uma ressocialização do educador. [...] Por tudo isso, prefiro dizer que o ensino que atualmente se ministra tanto na zona rural quanto na cidade deveria ser diferente. A escola deveria ser uma instituição do diálogo cultural com sua clientela, com os circunstantes, e deveria considerar clientela não só o aluno burocraticamente matriculado, como preferem os educadores burocratas, mas também a comunidade de referência, a que pertencem os alunos.

Petty, Tobim e Vera (1981, p.32) falam que:

Existe, portanto, em muitas zonas, uma radical desvinculação entre a escola e o contexto em que esta se insere [...] Em última instância, produz-se uma disfuncionalidade entre a escola e o seu meio, decorrente da imposição de um modelo educativo que serve mais para a cidade do que propriamente às zonas rurais [...]

Assim, a escola é ponto-chave para se pensar a sociedade onde vivemos. Silva (1952, p.25) cita Alberto Tôrres dizendo que “o progresso de um País, sua unidade territorial, econômica e social dependem da terra, da gente e de suas relações recíprocas, donde concluir que delas dependem todos os problemas sociológicos e econômicos”, ou seja, meio urbano e meio rural está ligado.

Segundo Petty, Tombim e Vera (1981, p.34):

As definições freqüentemente usadas nas análises de caráter simplesmente quantitativo, encobrem com facilidade o fato de que a educação rural tende a ser meramente uma projeção da educação urbana fora das cidades, sem nenhuma tentativa de adequação às sociedades rurais.

As classes multisseriadas, presentes nas zonas rurais, abarcam em seu seio, alunos de diferentes comunidades, séries, idades, aprendizagens e níveis de conhecimento. Estas são classes heterogêneas que tem como principal característica a diversidade. Nas zonas rurais de muitos lugares do Brasil a organização escolar não é seriado e sim multisseriado, isso devido ao número de alunos que se matriculam e da dificuldade de se deslocar professores para nelas atuarem. Em muitas delas estão alunos de toda a educação básica e o professor deve desenvolver seu trabalho a partir do que se tem na escola. Estas estão presentes principalmente no espaço escolar rural e resiste ao tempo como uma forma de caracterizar um tipo de ensino, de cotidiano e de docência. Consideradas escolas de segunda categoria, as escolas de classes multisseriadas, adentram o século XXI. Mesmo o Brasil abarcando as transformações que o modelo capitalista ofereceu para ser implantado como modelo de escola, ou seja, uma escola com padrões urbano-industriais, hoje a escola multisseriada ainda se faz bem presente (CARDOSO, JACOMELI, 2009).

Algumas considerações finais

Foi possível perceber nessa discussão sobre a Escola de Gramsci e a Escola Rural Brasileira semelhanças capazes de estabelecer entre ambas um diálogo.

Características como ideologia e política chamam a atenção, permitindo assim o encontro entre os dois tipos de escola. A escola de Gramsci pode não ser uma realidade atual, mas teve sua importância em outros tempos e nos permitiu pensar uma escola dos dias atuais - a escola rural. Por isso, torna-se necessário um outro olhar sobre essa em termo como visibilidade social e valorização para que seja possível superar os obstáculos que inviabilizam a construção de uma escola rural para os povos rurais e para todos.

Referências

- CARDOSO, M.A.; JACOMELI, M.R.M. Escolas multisseriadas: dados preliminares. In: **VIII Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas "História, Educação e Sociedade no Brasil"**, 2009, Campinas, SP: UNICAMP, 2009.
- ELLACURÍA, I. **Filosofía de la realidad histórica**. Madrid: Editorial Trotta, 1991.
- FERNANDES, B.M.; CERIOLI, P.R.; CALDART, R.S. Primeira Conferência Nacional "Por uma educação básica do campo": texto preparatório. In: ARROYO, M.G.; CALDART, R.S.; MOLINA, M.C. **Por uma educação do campo**. 2.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004. p. 19-63.
- GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.
- JEAN, Y. Estado, escola e crise dos espaços rurais. In: CANÁRIO, R. (org.). **Escola rural na Europa**. Cadernos ICE - 2. Instituto das Comunidades Educativas, 1995.
- JESUS, A.T. **O pensamento e a prática escolar de Gramsci**. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.
- LEITE, S.C. **Escola Rural: urbanização e políticas educacionais**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- LIBÂNEO, J.C. IN: **A organização e a gestão da escola: teoria e prática**. 5 ed. Goiânia: Editora Alternativa, 2004.
- MAIA, E.M. Educação rural no Brasil: o que mudou em 60 anos? **ANDE – Revista da Associação Nacional de Educação**. São Paulo, n. 3, 1981.
- MARTINS, J. S. Educação rural e o desenraizamento do educador. **Revista Espaço Acadêmico**, ano V, n. 49, jun./2005.
- NOSELLA, P. **A Escola de Gramsci**. São Paulo: Cortez, 2004.
- PETTY, M.; TOBIM, A.; VERA, R. Uma alternativa de educação rural. In. WERTHEIN, J.; BORDENAVE, J. D. **Educação rural no terceiro mundo: experiências e novas alternativas**: 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. p. 31 – 63.
- PINHO, A.S.T. **A heterogeneidade fundante das classes multisseriadas do meio rural**: entre a persistência do passado e as imposições do presente. Relatório de qualificação (Mestrado em Educação e Contemporaneidade) – Universidade do Estado da Bahia. Salvador, 2004.
- SASSON, A.S. Antonio Gramsci. In: BOTTOMORE, T. (Ed.). **Dicionário do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001, p.166-167.
- SILVA, R.I.T. **A escola primária rural**. Porto Alegre: Globo, 1952.



* **LÚCIA GRACIA FERREIRA** é Pedagoga pela UESB/Itapetinga. Especialista em Linguagem, Pesquisa e Ensino pela UESB/ Vit. da Conquista. Mestranda em Educação e Contemporaneidade pela Universidade do Estado da Bahia



** **MOISÉS DOS SANTOS VIANA** é Jornalista e Mestrando em Cultura e Turismo pela Universidade Estadual de Santa Cruz.